

PERSPECTIVA ENUNCIATIVA BAKHTINIANA: ANÁLISE DE UM TEXTO DE CIRCULAÇÃO SOCIAL

BAKHTINIAN ENUNCIATIVE PERSPECTIVE: ANALYSIS OF A SOCIAL CIRCULATION TEXT

PERSPECTIVA ENUNCIATIVA BAKHTINIANA: ANÁLISIS DE UN TEXTO DE CIRCULACIÓN SOCIAL

 Neide Araújo Castilho Teno¹

 Geraldo José da Silva²

 Jaqueline Zanzi³

1. Doutora em Educação. /Letras. Docente Sênior do Programa de Mestrado Profissional em Letras–PROFLETRAS, e do Programa de Mestrado Acadêmico em Letras da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS/Dourados. /Campo Grande. Colaboradora do projeto de pesquisa “Apoio à Qualificação Docente: PROFLETRAS em Mato Grosso do Sul” financiado com recurso da FUNDECT. Coordenadora do projeto de pesquisa “Memórias de professores: diálogos sobre o letramento e o ensino de língua portuguesa-Etapa II E-mail: cteno@uol.com.br
2. Doutor em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Docente dos cursos de Letras UEMS-Dourados-MS e do PPG/Profletras/UEMS-Dourados-MS. Colaborador do projeto de pesquisa “Apoio à Qualificação Docente: PROFLETRAS em Mato Grosso do Sul” financiado com recurso da FUNDECT. Colaborador do projeto de pesquisa “Memórias de professores : diálogos sobre o letramento e o ensino de língua portuguesa-Etapa II. E-mail: gera.silva@terra.com.br
3. Licenciada em Letras-Habilitação: Português/Inglês pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) – Unidade Universitária de Dourados. E-mail :jzanzi@hotmail.it

RESUMO: Este capítulo trata da análise de um texto de circulação social, a partir de uma reportagem sobre a questão indígena em Mato Grosso do Sul. Parte-se da hipótese de que o discurso citado pode desempenhar funções persuasivas em textos escritos, mesmo com o pressuposto do uso da imparcialidade. Como o enunciado jornalístico comporta as diversas vozes sobre um dado tema, o objetivo principal é analisar o uso do discurso citado e os efeitos de sentidos que esse recurso linguístico pode produzir no interlocutor/leitor. Tem-se como aporte teórico a perspectiva enunciativa sob a ótica de Bakhtin (2003,2004). O *corpus* do estudo trata de uma reportagem, veiculada no *Jornal online Midiamax*, de Campo Grande-MS, no período compreendido entre 2014 e 2018. Os resultados mostram que esses recursos linguístico-discursivos arrazoam o fazer narrativo jornalístico e podem funcionar como alibi ao locutor/reporter para dizer/escrever o que diz/escreve como simulacro de verdade na narrativa jornalística.

Palavras-chave: Linguagem jornalística. Enunciação bakhtiniana. Discurso relatado/Discurso de outrem. Aspectos dialógicos do discurso.

ABSTRACT: This chapter deals with the analysis of a text of social circulation, based on a report on the indigenous issue in Mato Grosso do Sul. It is based on the hypothesis that the mentioned speech can perform persuasive functions in written texts, even with the assumption of use of impartiality. As the journalistic statement comprises the different voices on a given theme, the main objective is to analyze the use of the mentioned speech and the effects of meanings that this linguistic resource can produce in the interlocutor / reader. The theoretical perspective is based on the enunciative perspective from the perspective of Bakhtin (2003, 2004). The corpus of the study deals with a report, published in the online newspaper Midiamax, from Campo Grande-MS, in the period between 2014 and 2018. The results show that these linguistic-discursive resources reason the making of journalistic narrative and can function as an alibi for the announcer / reporter to say / write what he says / writes as a simulacrum of truth in the journalistic narrative.

Keywords: Journalistic language. Bakhtinian enunciation. Reported speech / Speech of others. Dialogical aspects of the discourse.

RESUMEN: Este capítulo aborda el análisis de un texto de circulación social, a partir de un informe sobre la cuestión indígena en Mato Grosso do Sul. Se parte de la hipótesis de que el discurso mencionado puede realizar funciones persuasivas en los textos escritos, incluso con el supuesto de uso de la imparcialidad. Como el enunciado periodístico comprende las diferentes voces sobre un tema determinado, el objetivo principal es analizar el uso del discurso mencionado y los efectos de los significados que este recurso lingüístico puede producir en el interlocutor / lector. La perspectiva teórica se basa en la perspectiva enunciativa desde la perspectiva de Bakhtin (2003,2004). El corpus del estudio trata de un reportaje, publicado en el diario online Midiamax, en Campo Grande-MS, en el período comprendido entre 2014 y 2018. Los resultados muestran que estos recursos lingüístico-discursivos razonan la elaboración de la narrativa periodística y pueden funcionar como una coartada del locutor / reportero para decir / escribir lo que dice / escribe como un simulacro de verdad en la narrativa periodística.

Palabras-clave Lenguaje periodístico. Enunciación bakhtiniana. Discurso informado / Discurso de otros. Aspectos dialógicos del discurso.

Recebido em: 10/06/2020

Aprovado em: 11/10/2020



Todo o conteúdo deste periódico está licenciado com uma licença Creative Commons (CC BY-NC-ND 4.0 Internacional), exceto onde está indicado o contrário.

Introdução

A linguagem escrita é utilizada com inúmeras finalidades, dentre elas, a de levar informações ao leitor que, de maneira efetiva, atribui sentido ao texto. Levando-se em conta essa interação entre o locutor e o interlocutor, torna-se importante compreender como são utilizados os recursos linguísticos no desenvolvimento da escrita, para que o leitor seja capaz de distingui-los e perceber possíveis intenções do responsável pelos enunciados na articulação dos informes transmitidos. Na enunciação jornalística, o locutor/repórter pode compor sua narrativa, usando o discurso alheio, incorporado no texto com o auxílio de verbos de elocução.

O texto jornalístico só tem razão de ser, se for lido. Neste capítulo, tem-se o texto jornalístico como enunciado pelo fato de que procede de alguém e é dirigido a outro alguém e, para sustentar esta perspectiva, o aporte teórico principal para a análise apresentada busca luz nos estudos enunciativos bakhtinianos. A imprensa virtual ou impressa traz para si a incumbência de informar e formar a opinião pública sobre temas/assuntos que surgem na sociedade.

Com o intuito de transmitir e apresentar os fatos como simulacro da realidade, o jornalismo procura utilizar uma linguagem referencial e impessoal como é o caso do uso da terceira pessoa do singular. Na escrita jornalística, recursos linguísticos muito peculiares também são usados pelo locutor/repórter na elaboração das matérias, principalmente o discurso citado e verbos de elocução para produzirem efeitos de veracidade na mensagem/informação anunciada ao leitor/interlocutor.

A análise apresentada parte do pressuposto de que a narrativa jornalística apresenta marcas de persuasão podendo ser percebidas pelo uso do discurso citado introduzido por recursos gramaticais. Isto posto, este artigo tem como objetivo principal analisar os efeitos de sentido que estes recursos linguístico-discursivos podem produzir no interlocutor/leitor.

A linguagem jornalística funciona como porta voz de um fato e pode ser permeada por um ponto de vista, uma ideologia, exercendo funções conativa e vocativa em relação ao leitor. Nesta dimensão, apropriam-se de signos linguísticos que exercem papéis fundamentais no momento em que esse leitor atribui sentido ao texto. Levando-se em consideração que o jornalista que produz o texto traz consigo uma bagagem sócio-cultural e política, é impossível que em sua produção não apareçam traços ideológicos pessoais, pois essa bagagem age na formação do seu conceito sobre o fato. No caso das questões sociais, como a causa indígena, à qual damos ênfase neste trabalho, o repórter lança mão de estratégias muitas vezes persuasivas, que são mascaradas em um texto construído para parecer objetivo e impessoal.

O exercício da leitura é fundante ao indivíduo. Os textos de circulação social requerem uma leitura crítica, tendo em vista que o gênero textual narrativo jornalístico pode influenciar a opinião pública sobre

os fatos ocorridos na sociedade. Fazer uma leitura com o propósito de compreender e interpretar os fatos, à luz dos estudos enunciativos bakhtinianos, justificam a pesquisa e análise desenvolvida neste estudo.

Metodologicamente, tem-se um *corpus* de reportagem veiculada no Jornal *online* Midiamax sobre a questão indígena no estado de Mato Grosso do Sul, veiculada no período compreendido entre 2014 e 2018. Dentre o conjunto de textos jornalísticos obtidos, para este estudo, elegemos uma reportagem, a título de ilustração, para análise sob a ótica enunciativa bakhtiniana. A análise do *corpus* leva em conta os recursos linguístico-discursivos centrados no discurso citado e outros recursos linguísticos, na arquitetura das matérias, envolvendo o título e o corpo textual.

Os resultados mostram que o uso do discurso citado e dos verbos *dicendi* são estratégicos recursos linguísticos na narrativa jornalística e podem produzir efeitos de sentido de persuasão junto ao leitor/interlocutor. Para subsidiar a discussão, reflexão e análise pretendidas, passamos ao arcabouço teórico.

Linguagem jornalística: características gerais

Considerando o texto jornalístico como enunciado, justamente pela razão de ser proveniente de alguém e dirigido ao outro alguém, a linguagem jornalística possui características peculiares. Em termos bakhtinianos, pode-se dizer que a enunciação jornalística também é a enunciação dentro da enunciação, um discurso dentro de outro discurso, constituindo-se um todo significativo. Rossi (1994, p. 07), ao definir o que é o jornalismo, o descreve como:

[...] uma fascinante batalha pela conquista das mentes e corações de seus alvos: leitores, telespectadores ou ouvintes” e coloca a palavra como a arma usada nessa batalha. Rossi enfatiza que, apesar do uso de uma arma aparentemente inofensiva, o jornalismo “não é menos importante do ponto de vista político e social (ROSSI, 1994, p. 07).

Essa definição nos leva a pensar na relação entre a mídia e o interlocutor, a qual posiciona o jornal como detentor da verdade e condutor desta verdade ao conhecimento social. Isso, por sua vez, confere poder e responsabilidade ao jornal.

Geralmente toda e qualquer sociedade tem a mídia como fonte de informação. Conforme Silva (2014, p. 12), “a imprensa jornalística é um veículo de comunicação social fundamental em qualquer sociedade e, dessa forma, atribui-se o papel de interpretar a realidade e manter a sociedade informada sobre fatos gerados na mesma sociedade.” Dada sua efemeridade, o texto jornalístico tem constituído um gênero textual de alcance de diversos setores da sociedade, visto que o conhecimento de informações tem o fito de difundir o que acontece na atualidade.

Diante desse papel social desempenhado, é relevante refletir sobre a neutralidade da notícia por parte do jornal, pois não há como existir objetividade absoluta. Sobre esse aspecto, Rossi (1994) qualifica a objetividade como um mito e afirma que, em teoria, a imprensa, em consonância com esse mito, deveria manter-se neutra, “deixando ao leitor a tarefa de tirar suas próprias conclusões” (ROSSI, 1994, p.09), e acrescenta ainda sobre a impossibilidade da objetividade, que esta se dá devido à mediação do jornalista “que carrega consigo toda uma formação cultural, todo um background e opiniões diversas” (ROSSI, 1994, p. 10). Sobre essa temática, argumenta Vizeu (2003) que:

A seleção dos acontecimentos que o jornalista enuncia pressupõe, da sua parte, um julgamento, na maior parte dos casos implícito, acerca da relevância e do seu interesse para o público. A formação desse julgamento está relacionada implicitamente a uma visão de mundo interiorizada pelo próprio jornalista [...] (VIZEU, 2003, p. 113).

A busca por parte da imprensa, no que diz respeito a cativar e manter sua credibilidade diante do público, levou muitos jornais a instituir normas de estilo para seus jornalistas. Isso tem o objetivo de estabelecer uniformidade nas edições, como fica claro no Prefácio do *Manual de Redação e Estilo do Estado de São Paulo* (MRESP): O referido manual não pretende, com isso, “tolher a criatividade de editores, repórteres e redatores, nem impor camisas de força aos jornalistas da empresa. Seu objetivo é claro: definir princípios que tornem uniforme a edição do jornal” (MARTINS FILHO, 1997, p. 09). Em suas instruções gerais de escrita, o Manual orienta sobre a importância de manter sempre a atenção voltada ao leitor: “A simplicidade é condição essencial do texto jornalístico. Lembre-se que você escreve para todos os tipos de leitor e todos, sem exceção, têm o direito de entender qualquer texto” (MARTINS FILHO, 1997, p. 15).

Ao considerar os múltiplos perfis de interlocutores que têm acesso ao jornal, é fundamental que o locutor, ao redigir a notícia, lance mão de estratégias para tornar o texto inteligível e compreensível a todos. A esse respeito, Martins Filho, (1997) orienta:

Nunca se esqueça de que o jornalista funciona como intermediário entre o fato ou fonte de informação e o leitor. Você não deve limitar-se a transpor para o papel as declarações do entrevistado, por exemplo; faça-o de modo que qualquer leitor possa aprender o significado das declarações [...]. Abandone a cômoda prática de apenas transcrever: você vai ver que seu texto passará a ter o mínimo indispensável de aspas e qualquer entrevista, por mais complicada, sempre tenderá a despertar maior interesse no leitor (MARTINS FILHO, 1997, p. 16).

Como se vê, a razão de um jornal é o leitor/interlocutor. Nesta esteira de reflexão, Lage assevera que o texto de um jornal “só ganha sentido quando lido” (LAGE, 1997, p. 07), ou seja, quando está em poder do público. É possível assim pensar que, se a produção jornalística é produzida para uma parcela de

leitores, ela é, então, um produto comercial. Essa forma de enxergar o jornal é sustentada pelo autor, ao dizer que “a produção de um jornal [...] só é possível quando o objetivo do trabalho se desloca da obra para o consumidor” da mesma maneira ampara que “a condição efêmera do produto e seu compromisso com a prestação de serviços prevalecem como padrão do que interessa ou não publicar” (LAGE, 1997, p. 08- 09), [grifo nosso]. Em consonância com Lage (1997), Vizeu (2003) argumenta que os veículos midiáticos visam atrair o público a partir da escolha daquilo que deve ou não se tornar notícia, ou seja, a temática que exercerá o papel de seduzir os leitores, conforme explica Vizeu (2003):

A eleição dos acontecimentos que o jornalista enuncia pressupõe, da sua parte, um julgamento, na maior parte dos casos implícito, acerca de relevância e do seu interesse para o público [...]. O jornalista, ao enunciar, parte do pressuposto de que a audiência tem interesse em conhecer o que enuncia (VIZEU, 2003, p. 113).

Apesar de o poder que o jornal possui, tanto na escolha daquilo que será publicado quanto no uso da linguagem para transmitir o acontecimento ao público, faz-se pertinente ressaltar que não há um controle total por parte do portador em relação aos múltiplos sentidos gerados quando o texto se encontra em contato com o interlocutor. A construção de sentido por parte do sujeito leitor acontece a partir da interpretação ímpar que este faz do texto, conforme argumenta Vizeu (2003):

A enunciação jornalística, ao autonomizar os fatos, as ações e as palavras do mundo vivido do seu acontecimento, liberta-os de sentidos tradicionais, da sua carga corporal concreta, tornando-os assim, disponíveis para toda espécie de novos sentidos e de novos investimentos simbólicos. Desse modo, cada indivíduo que integra a audiência, ao interpretar os novos saberes do discurso jornalístico, a partir do seu próprio mundo vivido, pode constituir-se num sujeito autônomo de constituição de sentido (VIZEU, 2003, p. 114).

O MRESP, proposto por Martins Filho (1997), reza sobre a necessidade de se publicar textos com imparcialidade e objetividade, nos quais não sejam expostas as opiniões pessoais do jornalista, “mas fatos, para que o leitor tire deles as próprias conclusões ” (MARTINS FILHO, 1997, p. 19). Sobre essa busca, assevera Silva (2006):

Entendemos que o jornal, seguindo as orientações editoriais, se faculta otimizar recursos linguísticos para que essa “objetividade” seja registrada ao editar uma matéria [...] Podemos inferir que o jornal “manipula” seu leitor que, seduzido, se sente informado acerca da realidade e chega a se incluir nessa dada realidade (SILVA, 2006, p. 41).

Diante disso, é possível concluir que as estratégias adotadas pelos jornais a fim de conquistar credibilidade junto ao público, com textos isentos de ideologias ou argumentos pessoais, não podem ser

completamente bem-sucedidas. Isso se dá, pois, ainda que as escolhas gramaticais feitas pelo autor do texto demonstrem uma aparente isenção, elas não acontecem casualmente e, inevitavelmente, estão vinculadas a uma intenção de formação de sentido.

Linguística enunciativa a partir de Bakhtin: noções gerais

Segundo a ideia bakhtiniana, a linguagem é a materialização da comunicação por meio dos signos e possui função fundamental na interlocução social. A palavra é a protagonista dessa interlocução e, por sua vez, atua como veículo na transmissão de ideias. Nesta perspectiva, Bakhtin/Volochínov (2004, p. 36) afirmam que “a palavra é o fenômeno ideológico por excelência [...]. A palavra é o modo mais puro e sensível da relação social”.

No capítulo IV, da obra *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, Bakhtin (2004, p. 70) considera que “para observar o fenômeno da linguagem é preciso situar os sujeitos – emissor e receptor do som, bem como o próprio som, no meio social.” Assim, o sujeito faz uso do discurso, quando por meio do processo de enunciação gera o enunciado, direcionando-o a outrem. É neste ponto que, é possível compreender os avanços dos estudos sobre a natureza da linguagem, pois faz uma crítica da maneira como os estudos eram realizados até então diminuindo a natureza da linguagem às esferas física, fisiológica e psicológica da realidade, e se esquecendo da esfera da relação social.

Em *Estética da Criação Verbal*, Bakhtin, vai mais além, postula que o enunciado é o conjunto de pensamentos acabados do falante que se ligam sucessivamente com outros pensamentos do mesmo falante no intuito de fundamentar o que foi dito antes. Cada pensamento relativamente acabado do sujeito falante constitui uma oração. (BAKHTIN, 2003, p. 277). Desse modo, o enunciado é formado pelos pensamentos encadeados do falante organizados em orações. É possível dizer, dadas as premissas já apresentadas, que esse discurso trará consigo os traços de ideologia de seu locutor, como asseveram (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2004, p. 95) “a palavra está sempre carregada de um conteúdo ou um sentido ideológico ou vivencial”.

Esse sentido ideológico no discurso foi discutido por Di Camargo e Souza (2020, p. 36) quando discorrem acerca dos estudos da linguagem e sua relação dialógica enquanto descontinuidade dos dizeres, uma vez que “evidenciando sempre que é a partir do diálogo que se dá a circulação dos signos ideológicos em contextos sociais diversos”. No contexto jornalismo, por exemplo, acerca de questões indígenas podemos encontrar “ pontos de tensão que em uma relação dialógica política” se organiza a partir de diálogos plurais.

Do ponto de vista enunciativo, os estudos bakhtinianos postulam que as palavras podem representar uma luta de classes e, dessa forma, assumem papel de manifestação ideológica. A esse respeito,

Bakhtin/Volochínov (2004, p. 41) argumentam que “as palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios”.

Nessa mesma linha de raciocínio destacamos a contribuição de Fiorin (1997, p.33) ao asseverar que “as visões de mundo não se desvinculam da linguagem, porque a ideologia vista como algo imanente à realidade é indissociável da linguagem”. Vê-se que todo discurso oral ou escrito pode revelar juízo de valor, pontos de vista do locutor sobre questões de ordem social, política e cultural na sociedade. Bakhtin (2010, p. 331-333) postula que não há palavras sem voz e que nelas encerram-se várias vozes, por vezes imperceptíveis.

A presença de vozes reais e ficcionais entra na narrativa seja jornalística ou literária por meio do discurso citado, uso de aspas e introduzido pelos verbos *dicendi*. O discurso direto é aquele que causa impressão de verdade, citando a fala de forma íntegra, inclusive no que diz respeito à carga emotiva presente nela, ou seja, reproduz essa fala de forma subjetiva. O discurso indireto se atém somente ao sentido objetivo da fala, abolindo os elementos que chamem atenção para os aspectos emocionais que envolvem aquilo que foi dito, transmitindo a fala de forma racional, o que isenta quem a reproduz da responsabilidade sobre o que é reproduzido. Nesse caso, é de total relevância o tom utilizado pelo narrador, conforme (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2004, p. 188) “o sentido do discurso não existe fora de sua acentuação e entoação vivas”. Logo, percebemos que a interação social é fator determinante para que a enunciação ocorra, como é possível comprovar observando o capítulo VI, de *Marxismo e Filosofia de Linguagem* (MFL), onde os autores declaram:

Com efeito, a enunciação é o produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados e, mesmo que não haja um interlocutor real, este pode ser substituído pelo representante médio do grupo social ao qual pertence o locutor (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2004, p. 112).

A narrativa jornalística pode conter nuances de persuasão, visto que registra os fatos ocorridos na sociedade e os transmite aos cidadãos sujeitos dessa mesma sociedade. Em Citelli (2007, p. 14) encontramos que “persuadir é, sobretudo, a busca de adesão a uma tese, perspectiva, entendimento, conceito, etc.”. Nesta esteira de reflexão, podemos inferir que o gênero jornalístico também tem o intuito de, mesmo que sutilmente, convencer alguém da verdade dos fatos que enuncia/anuncia.

Sendo a enunciação a língua/linguagem em uso e entendendo-se que ela ocorre quando há a interação entre os indivíduos, no que diz respeito ao objeto desse estudo – textos jornalísticos, é possível inferir que os enunciados são criados tendo-se em conta o papel do leitor como elemento determinante no processo de significação. Isso vale também para o contexto, conforme expressam Bakhtin/Volochínov (2004, p. 121) ao afirmarem que “o centro organizador de toda enunciação, de toda expressão, não é interior, mas exterior: está situado no meio social que envolve o indivíduo”.

Assim, o sujeito faz uso do discurso quando, por meio de o processo de enunciação, gera o enunciado, direcionando-o a outrem. Em se tratando de incorporação do discurso alheio na enunciação, vale ressaltar que esse processo não é diferente na escrita de textos de cunho jornalístico. No capítulo VIII, de (MFL), os autores abordam a importância de estudar o discurso sob uma ótica diferente daquela da fonologia e da morfologia, às quais ele vinha exposto até então. A proposta consiste em observar os problemas de sintaxe, tão viscerais para o entendimento da língua e sua evolução, visto ser a sintaxe o aspecto mais próximo do ato de fala, ou seja, da enunciação. Quanto à divisão por parágrafos, Bakhtin/Volochínov (2004) afirmam que o discurso será tão organizado em relação a eles, quanto for adequado às previsões das reações do receptor (ouvinte/leitor), direcionando seu olhar para o tipo de discurso usado na propagação da enunciação de outrem: o discurso citado.

O texto jornalístico não se esquivava dessa característica, e também recebe de quem o constrói carga semântica criada, tendo em base a intenção desse produtor na geração de sentido junto ao leitor, conforme certificam os autores quando, ainda no capítulo IX, de MFL (p. 146), dizem que “toda transmissão, particularmente sob forma escrita, tem seu fim específico: narrativa, processos legais, polêmica científica [...] a transmissão leva em conta uma terceira pessoa – a pessoa a quem estão sendo transmitidas as enunciações citadas”. A esse respeito, Bakhtin/Volochínov (2004, p. 144) ratificam que o discurso citado “é o discurso no discurso, a enunciação na enunciação, mas é, ao mesmo tempo, um discurso sobre o discurso, uma enunciação sobre a enunciação”. Logo, o discurso citado é o discurso que narra a enunciação de outra pessoa e, na linguagem escrita, essa narração é gerada por um escritor, que é capaz de utilizar-se de meios para produzir o sentido esperado no sujeito leitor.

Bakhtin/Volochínov (2004) consideram sobre o receptor do discurso citado: “aquele que apreende a enunciação de outrem não é um ser mudo, privado da palavra, mas ao contrário, um ser cheio de palavras interiores”. Transportando essas considerações no que diz respeito ao objeto de estudo neste artigo – a linguagem jornalística – podemos pensar no quanto é efêmera a fronteira da imparcialidade no texto escrito e publicado nos jornais. Sobre isso, cabe a seguinte observação apresentada por Silva (2014):

Essa fusão de discursos (citante e citado) é dinâmica, complexa e tensa, pois implica a incorporação do discurso alheio e a adequação do discurso que acolhe na tentativa de manutenção da integridade do discurso do outro no contexto narrativo, principalmente, na enunciação jornalística (SILVA, 2014, p. 53).

O texto jornalístico, na grande maioria das vezes, faz uso da linguagem indireta, pois, dessa forma, tem-se o pressuposto de manutenção de neutralidade diante daquilo que foi declarado por outrem, no sentido de que “foi o outro quem disse”, buscando isentar-se de responsabilidade sobre essa fala.

Percebendo essa engrenagem que norteia a transmissão de uma enunciação na narrativa, interpreta ainda Silva (2014):

Os autores mencionam que a dinâmica da inter-relação entre discurso narrativo e o discurso citado desenvolvem-se em duas direções. A primeira visa à conservação da integridade e autenticidade do discurso de outrem no discurso narrativo. Acrescentam que o tipo de discurso que comporta essa primeira direção é o discurso direto. Na segunda, a língua elabora meios mais sutis e mais versáteis para permitir ao autor/locutor infiltrar suas réplicas e seus comentários no discurso de outrem (SILVA, 2014, p. 53-54).

A seguir, apresentamos um recorte sobre o discurso indireto e suas variantes, visto que é sob essa perspectiva que esse estudo está direcionado. Nesta esteira de reflexão conceitual, Bakhtin/Volochínov (2004, p. 159) afirmam que “a análise é a alma do discurso indireto”. Acrescentam ainda os autores, (p. 161-164), que o discurso indireto pode apresentar duas variantes, sendo a primeira o discurso indireto analisador de conteúdo, no qual se conserva distância entre a voz do locutor e a enunciação, mas abre possibilidade de réplica e comentário na narração, e a segunda que é a variante analisadora de expressão, a qual integra as palavras e maneiras de dizer de outrem, deixando claro sua subjetividade, sendo normalmente posicionadas entre aspas.

Nessa variante apontada pelo autor apresenta de forma subjetiva a maneira em que o falante se expressa e pensa, o que provoca sobre isso um julgamento de valor por parte desse autor. Segundo Silva (2014, p. 54), pode-se dizer sobre a primeira variante que “essa articulação dos enunciados pretende preservar a integridade e autonomia da enunciação, ainda que ocorra certa despersonalização do discurso citado”.

No que tange ao uso do discurso relatado na enunciação, outra forma de demarcação do discurso alheio é o uso de aspas. De acordo com Bakhtin/Volochínov (2004), as aspas quando utilizadas com a finalidade de colocar as expressões de outrem no discurso indireto, colaboram no sentido de acomodação à intenção do autor. Essa forma de empregar as aspas na variante analisadora de expressão não deve ser, porém, confundida com seu uso na passagem do discurso indireto ao direto sem modificações, ainda que, a função das mesmas nos dois casos em questão, seja praticamente igual, no que diz respeito à demonstração da intenção daquele que escreve o texto. Além das aspas, outro recurso linguístico-discursivo constitutivo nos enunciados é a utilização dos verbos de elocução.

No que concerne aos valores sintático-semânticos que os verbos *dicendi* desempenham na construção textual, ressaltamos a necessidade de trazer alguns informes/conceitos que julgamos relevantes. Silva (2006, p.70), retomando o trabalho de Benites (2002), destaca que “geralmente as falas relatadas, via discurso indireto, aparecem sintaticamente sob forma de subordinação e são introduzidas por um verbo *dicendi* que orienta e, também, condiciona a interpretação a esse respeito.” No discurso indireto não são transferidas as marcas emocionais do discurso, pois estas não estão presentes no conteúdo, mas nas formas

de enunciação e por isso antes de ocorrer essa passagem, os elementos emocionais “passam de formas de discurso a conteúdo, ou então encontram-se transpostos na proposição principal como um comentário do verbo *dicendi*.” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2004, p. 159). Logo, o discurso indireto é incorporado ao discurso do locutor por meio de verbos de elocução.

Os verbos de elocução (*dicendi*), ou verbos do dizer propriamente ditos, são os verbos de ação cujo complemento direto é o conteúdo do que se diz. Na narrativa jornalística, ao narrar o discurso de outrem usando o discurso indireto, o autor mescla o seu próprio discurso, através do uso dos verbos *dicendi*. Na *Gramática de Usos do Português*, Moura Neves (2000) apresenta esses verbos, em forma de tabela, dividindo-os em dois grupos, que são: os verbos de simples dizer e verbos que qualificam o que é dito, onde fazem parte os verbos aconselhar, avisar, boquejar, comunicar, confessar, dizer, exclamar, expor, frisar, garantir, insinuar, jurar, negar, perguntar, ponderar, relatar, suplicar, tornar, entre outros; os verbos que instrumentalizam ou que circunstanciam o que é dito, que trazem verbos como acalmar, apelar, bulir, chamar, consolar, debicar, desafiar, espantar-se, inclinar-se, interromper, maldizer, remendar, rir, suspirar, zombar, entre outros (MOURA NEVES, 2000, p. 50-53).

Ainda em se tratando dos verbos de elocução, Garcia (2007) também apresenta os verbos *dicendi* classificados em nove áreas semânticas, quais sejam: de dizer (afirmar, declarar); de perguntar (indagar, interrogar); de responder (retrucar, replicar); de contestar (negar, objetar); de concordar (assentir, anuir); de exclamar (gritar, bradar); de pedir (solicitar, rogar); de exortar (animar, aconselhar); de ordenar (mandar, determinar). Segundo Garcia, o principal papel desses verbos é o de “indicar o locutor que está com a palavra.” (GARCIA, 2007, p.149). Esse material é de substancial importância para a análise do texto jornalístico, no que diz respeito à intenção na produção de sentido junto ao público leitor, pois serve como instrumento teórico e ferramenta prática que orienta a interpretação dos sinais presentes no texto, de forma velada e não visíveis diante de uma leitura feita por alguém que não conheça essas teorias em sua profundidade.

Assim, o locutor/repórter ao criar o enunciado e direcioná-lo ao público leitor, conta com recursos linguístico-discursivos que tem por finalidade propiciar imparcialidade sobre o dito alheio, como a apresentação do discurso citado por meio do discurso direto e do discurso indireto, bem como o emprego de aspas e verbos *dicendi*, que destacam e imprimem sentido à enunciação feita. Ao apresentar a fala de outrem dessa maneira, o narrador pretende estabelecer uma distância do que foi dito e assim manter a neutralidade da notícia. Não obstante a tentativa de isenção do narrador, as escolhas sintáticas e estilísticas feitas por ele oportunizam a presença de marcas ideológicas próprias no discurso.

Análise ilustrativa de uma reportagem do Jornal *online* Midiamax

No que concerne à opção feita pelo estudo da temática que envolve a questão indígena no Estado, justifica-se, pois, segundo dados do Censo Demográfico realizado em 2010 pelo IBGE, disponíveis no site oficial da FUNAI, o Brasil possui uma população de 817.693 indígenas, que habitam em todos os Estados do país, inclusive no DF¹.

Informações disponíveis no mesmo site posicionam a região Centro-Oeste como a terceira no *ranking* de maior concentração de indígenas, com um total de 130.494 pessoas, das quais 56% estão no território do Mato Grosso do Sul. Sendo assim, o Estado do MS abriga cerca de 70.000 índios. Se considerarmos que o IBGE, ao questionar sobre raça, considera a declaração do próprio interessado, esse número representa as pessoas que se consideram e se declaram de origem indígena. Faz-se pertinente registrar que, segundo o mesmo Censo, 17,5% dessa população, não é falante da língua portuguesa.

A respeito da ocupação do estado de Mato Grosso do Sul, bem como da influência da cultura indigenista em sua história, consideram-se as palavras de Santos:

A ocupação do Estado de Mato Grosso do Sul iniciou-se 10.000 anos a.C, por meio de seus primeiros habitantes indígenas, ancestrais dos ameríndios, contemporâneos dos Guaranis, Terenas, Kaiowá e Xaraés. Sua história está estreitamente ligada à cultura indígena e, por que não dizer, que existem bases indígenas tanto na língua, quanto nas características físicas de sua população, além dos hábitos alimentares e dos nomes de diversas cidades sul-matogrossenses [...] (SANTOS, 2008, p. 23).

Nesse cenário de interligação entre a cultura branca e a indígena, estão sempre presentes na mídia notícias que envolvem esse contexto de lutas, vitórias e derrotas, de inclusão e exclusão. Nesse universo de oposições, o jornal transmite vozes, que são citadas na constituição da narrativa. O repórter transmite a declaração alheia e a constitui de acordo com a construção do discurso no texto, o qual deve ser escrito com uma imparcialidade que, como já vimos, nunca é absoluta.

A análise das reportagens, a seguir, leva em conta um percurso metodológico que considera os títulos e os corpos textuais. O objeto de discussão é o uso do discurso citado e o uso dos verbos de elocução (*dicendi*) na construção de narrativa jornalística e os possíveis efeitos de sentido que este recurso linguístico-discursivo pode produzir no leitor.

¹ Fonte: <<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/quem-sao>>. Acesso em 14/02/2017.

Reportagem

“Não vão sair de lá porque é casa deles”, diz cacique sobre ocupação indígena”²

02/09/2015 14h34 - Atualizado em 02/09/2015 14h41.

Líderes indígenas se reúnem com governador de MS e ministro da justiça

1º§ O cacique da Aldeia Água Bonita de Campo Grande, afirmou, enquanto espera reunião da tarde desta quarta-feira (2) com o governador de Mato Grosso do Sul e o ministro da Justiça, que os indígenas que ocupam propriedades em Antônio João, na região sul do Estado, estão no território deles e que, por isso, não vão sair do local. Os líderes indígenas entraram há poucos minutos para a reunião que discutirá o conflito entre indígenas e fazendeiros no município.

2º§ Com cartazes e cruzeiros que simbolizam a morte do indígena Semião Fernandes Vilhalva, de 24 anos, ocorrida no último sábado (29), durante confronto em Antônio João, os indígenas pedem a demarcação das terras reivindicadas como indígenas. O cartaz pede “não à PEC 215”, que transfere a competência da União na demarcação das terras indígenas para o Congresso Nacional.

3º§ São cerca de 50 lideranças indígenas de Mato Grosso do Sul na reunião, representantes de Miranda, Aquidauana, Dois Irmãos do Buriti, Antônio João, Amambaí, Dourados, Sidrolândia, Nioaque, e outras cidades.

4º§ O cacique Nito disse ainda que os indígenas que permanecem em Antônio João estão passando por diversos problemas, como a falta de alimentos. Ele afirmou que muitos “movimentos” estão cercado a área, onde os índios estão com intuito de não deixá-los sair para comprar comida. “Eles estão vivendo pela fé, porque até a Funai estão impedindo de entrar no local”, ressaltou.

5º§ Quanto às informações de que existiriam indígenas estrangeiros no município, Nito disse que é mentira, que não há qualquer índio paraguaio em Antônio João.

6º§ “Estamos depositando todas as esperanças para resolver o conflito”, disse o integrante do Conselho Terena, Lindomar Terena, que também está na reunião. Para ele, é necessário “achar um caminho para paz e, que seja justo para ambas as partes”.

7º§ Há dois anos, o ministro de justiça teve em Mato Grosso do Sul em uma mesa para discutir a demarcação indígena no Estado, no entanto, nada ainda foi solucionado até o momento. Disponível em: <<http://www.midiamax.com.br/cotidiano/nao-vaio-sair-la-porque-casa-deles-cacique-sobre-ocupacao-indigena-272565>>. Acesso em 14/02/2017

O texto apresenta no título a ocorrência de discurso citado, via discurso direto, transportando para o texto a voz do ator social Cacique, com uma declaração negativa e reforçativa da voz indígena “*Não vão sair de lá porque é casa deles*” diz cacique sobre ocupação indígena. Nota-se que o uso do verbo *dicendi* 'diz' imprime grau de força argumentativa em favor de uma causa. Este recurso linguístico, logo no título, sugere e provoca no leitor uma expectativa para a leitura da matéria. Pode-se inferir que o locutor lança mão da voz alheia no texto para manter a adesão do leitor. Esta estratégia valida a função do título que é apresentação sucinta da matéria. Passamos a análise proposicional do texto, por parágrafos.

Análise proposicional (por parágrafo)

O primeiro parágrafo situa o leitor informando que o cacique da Aldeia Água Bonita de Campo Grande, espera o governador de Mato Grosso do Sul e o ministro da justiça para uma reunião sobre a

² Os nomes das pessoas desta reportagem foram omitidos com o fito de preservar identidade individual e preservar lisura na pesquisa científica.

ocupação de propriedades em Antonio João-MS por indígenas naquela região. O locutor utiliza a voz do cacique para se reportar aos fatos ocorridos e, para tanto, usa o verbo *dicendi* “afirmou” para introduzir uma espécie de tradução da voz alheia como fonte de veracidade. Considerando a força semântica da forma verbal “afirmou”, pode-se inferir que o locutor procura dar crédito ao que está sendo informado. A esse respeito, convém destacar que Bakhtin/Volochínov (2004, p.145) asseveram:

A enunciação do narrador, tendo integrado na sua composição uma outra enunciação, elabora regras sintáticas, estilísticas e composicionais para assimilá-la parcialmente, para associá-la à sua própria unidade sintática, estilística e composicional, embora conservando, pelo menos sob uma forma rudimentar, a autonomia primitiva do discurso de outrem, sem o que ele não poderia ser completamente apreendido.

No segundo parágrafo, o locutor apresenta os fatos de forma linear, descrevendo as ações dos indígenas quanto às reivindicações. O terceiro parágrafo destaca a representatividade das lideranças indígenas de várias cidades do Estado que estiveram na reunião.

Tem-se, no quarto parágrafo, a incidência do discurso indireto e do discurso direto para citar a voz do Cacique. No discurso indireto, encontram-se os verbos *dicendi* “disse” e “afirmou” para traduzir e legitimar a fala do líder indígena, que discorre sobre as dificuldades enfrentadas pelos índios ocupantes da área, os quais têm a saída de lá limitada e, por isso, não podem comprar alimentos. Bakhtin/Volochínov (2004, p.161) chamam esse tipo de discurso indireto de “analisador de conteúdo” e afirmam que ele garante um distanciamento entre o dito do narrador e o discurso emitido. Ao apresentar a fala de xx por meio de discurso direto, o locutor utiliza o verbo *dicendi* “ressaltou”, que Moura Neves (2000, p. 50-53) situa no grupo dos verbos de simples dizer e verbos que qualificam o que é dito, ou seja, que reforçam uma afirmação mencionada/dita anteriormente. Esta forma verbal é usada pelo locutor para transpor o discurso do cacique diante da causa e, além disso, é trazida para o texto, entre aspas, para enfatizar o dito alheio. Nota-se que o locutor utiliza os verbos *dicendi* para imprimir crédito ao que é informado ao leitor/interlocutor.

O locutor, no quinto parágrafo, se utiliza novamente do discurso indireto e verbo *dicendi* “disse” como tentativa de tradução da fala do Cacique, que nega a informação de que haja indígenas estrangeiros, ou seja, paraguaios na ocupação em Antônio João.

Já, no sexto parágrafo, há a citação da voz do integrante do conselho Terena, uma terceira voz, que também participou da reunião. Nesse caso, houve a escolha do uso do discurso direto e verbo *dicendi* “disse”, no intuito de reproduzir o dito de outrem no texto: “Estamos depositando todas as esperanças para resolver o conflito” disse o integrante. Para ele, é necessário “achar um caminho para paz e, que seja justo para ambas as partes”. Bakhtin/Volochínov (2004, p. 150) postulam que “a tendência principal do estilo linear é criar contornos exteriores nítidos à volta do discurso citado”.

No sétimo parágrafo, é feito o fechamento da notícia, no qual o locutor afirma que já aconteceu a visita do Ministro da Justiça no Estado dois anos antes para discutir a demarcação de terras indígenas, mas que a problemática ainda não foi solucionada. A narrativa da reportagem é feita de forma linear e a cronologia dos fatos apresenta, sutilmente, um apelo para que as autoridades competentes achem uma solução para os problemas indígenas no Estado. Essa ideia de reclame é suscitada também pelo uso dos marcadores discursivos “no entanto”, “ainda” e “até o momento”.

Considerações finais

A análise apresentada demonstra possibilidades de olhar sobre o texto jornalístico a partir da observação das escolhas feitas pelo locutor ao transmitir o discurso de outrem, aproximando-se ou distanciando-se do dito alheio. Dessa forma, pôde-se verificar como se dá o uso do discurso citado pelo locutor, analisando, em seguida, os efeitos de sentido que estes recursos linguístico-discursivos podem produzir no leitor/interlocutor como marcas persuasivas.

A reportagem selecionada no Jornal eleito constituiu-se de material profícuo para as análises efetivadas com base nos estudos enunciativos bakhtinianos, uma vez que foi possível demonstrar a partir da perspectiva da linguística enunciativa, sob a ótica do teórico russo, que o gênero jornalístico pode carregar marcas de persuasão na construção sintático-semântica, ainda que a sua proposta seja a imparcialidade. Ressaltamos que os objetivos foram atingidos, visto que o gênero narrativo jornalístico comporta a manifestação da voz alheia na construção de notícias, notas e reportagens. Essa manifestação é trazida/incorporada nos textos com o uso do discurso citado, seja de forma direta ou indireta, com o auxílio dos verbos *dicendi*. Fica-nos que os verbos de elocução, desempenham função sintático-semânticas específicas e podem contribuir sobremaneira para a interpretabilidade e ampliar a consciência crítica diante das matérias lidas. Ademais, a perspectiva enunciativa, à luz dos estudos bakhtinianos, é plausível e aplicável, também, na leitura de textos jornalísticos.

Vê-se que a não unanimidade dos pontos de vista dos atores sociais, em torno da causa indígena, permite-nos inferir que o texto jornalístico é um *lócus* em que aspectos dialógico-discursivos se manifestam, via discurso citado, e podem funcionar como marcas de persuasão do locutor/repórter frente ao interlocutor/leitor.

Referências

BAKHTIN, Mikhail. (VOLOCHÍNOV). **Marxismo e filosofia da linguagem**. 11 ed. Trad. M. Lahud e Y.E. Viera. São Paulo: Hucitec, 2004.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Introdução e tradução do Russo Paulo Bezerra. Prefácio à edição francesa Tzvetan Todorov. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

CITELLI, Adilson. **Linguagem e persuasão**. 16 ed. São Paulo: Ática, 2007.

DI CAMARGO, Ivo Jr e SOUZA, Fabio Marques de. Estudos da linguagem e Mikhail Bakhtin: uma relação dialógica. In: SOUZA, Fábio Marques de; DI CAMARGO, Ivo Junior LOURENÇO, Lucília Teodora de Leitgeb e MORETTO e Milena Vila (ORG). **Bakhtin Dialogado: alteridade, relações dialógicas e sociedade**. São Paulo, Mentis Abertas, 2020. p.35-41.

FIORIN, José Luiz. **Linguagem e ideologia**. São Paulo: Ática, 1997.

G1 MS. Disponível em <<http://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2015/09/violacao-lei-nao-sera-aceita-diz-ministro-sobre-questao-indigena.html>> Acesso em 2018.

GARCIA, Othon Moacyr. **Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar**. 26. ed. Rio de Janeiro : Editora FGV 2007.

JORNAL Midiamax online. Disponível em: www.midiamax.com.br. Acesso em: 2018.

LAGE, Nilson. **Linguagem Jornalística**. 5.ed. São Paulo: Ática, 1997.

LAGE, Nilson. **Linguagem jornalística**. São Paulo: Ática, 1997.

MARTINS FILHO, Eduardo Lopes. **Manual de Redação e Estilo de O Estado de S. Paulo**. 3ª edição, revista e ampliada. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 1997.

MIDIAMAX. Disponível em <<https://www.midiamax.com.br/cotidiano/2015/nao-vaio-sair-de-la-porque-e-casa-deles-diz-cacique-sobre-ocupacao-indigena/>> Acesso em 20 de março de 2018.

NEVES, Maria Helena Moura. **Gramática de Usos do Português**. S. Paulo: Unesp, 2000.

ROSSI, Clovis. **O que é Jornalismo**. 10ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SANTOS, Clemilton Pereira dos. **Suicídio Indígena na Região de Dourados/MS: A perspectiva polifônica do discurso jornalístico**. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2008.

SILVA, Geraldo José da. **A construção do texto polêmico na mídia eletrônica: o sistema de cotas em questão**. (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual de Maringá, 2006.

SILVA, Geraldo José da. **O discurso de outrem como marca de parcialidade no texto jornalístico informativo: uma abordagem enunciativa**. (Tese de Doutorado). Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014. 301 p.

VIZEU, Alfredo. **A produção de sentidos no jornalismo: da teoria da enunciação à enunciação jornalística**. In: Revista FAMECOS, Porto Alegre, n°22, p.107-116, dezembro 2003.